

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2026/19711	29689/2026	Proposta à Câmara Municipal
Assunto do Processo		
Proposta à Câmara Municipal - Licenciamento de obras de edificação - Rua Visconde de Pindela, n.º 5/7, União das Freguesias de Maximinos, Sé e Cidade		
Unidade Administrativa		
DU - [INTERNO]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



DESPACHO

Processo: 29868/2025

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Licenciamento de obras de edificação - Arquitetura - #G0190#

Assunto do Processo: Licenciamento de obras de edificação

Presidente da Câmara Municipal de Braga.

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Nos termos da informação técnica emitida pelo Departamento de Urbanismo, o projeto de arquitetura apresentado cumpre as normas legais e regulamentares aplicáveis relativas ao aspeto exterior, inserção urbana e paisagística, bem como sobre o uso proposto, pelo que, nas condições da presente informação, não se vê inconveniente quanto à sua aprovação.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2026/19543 de 5 de Junho de 2026.

RESOLUÇÃO

Aprovo o projeto de arquitetura apresentado ao abrigo do presente processo, nos termos e condições impostas pela informação e despachos que antecedem.

O requerente deverá apresentar os projetos de especialidades de acordo com o n.º 18 do Capítulo III do Anexo I da Portaria n.º 71-A/2024 de 27 de fevereiro no prazo de seis (6) meses a contar da data da presente notificação, sob pena de suspensão do processo de licenciamento e posterior declaração de caducidade, conforme o disposto no n.º 4 e n.º 6 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

Conforme previsto no n.º 2 do artigo 145.º do Decreto-Lei n.º 80/2015 (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial), e cessando a suspensão dos procedimentos nos termos do n.º 1 do mesmo artigo, o procedimento é decidido de acordo com as novas regras urbanísticas em vigor (Plano Diretor Municipal de Braga – 3.ª Revisão, Aviso n.º 8551/2026/2, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 73/2026, de 15 de abril).

Assim, deverá o requerente, em sede de apresentação de projetos de engenharias de especialidades, proceder à atualização dos termos de responsabilidade à luz do Plano Diretor Municipal em vigor.

À reunião de Executivo para deliberação, no âmbito do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro na sua redação atual.

Despachos

- A 05/06/2026, Rita Joaquina Matias da Silva de Sousa Freire, na qualidade de Diretor de Departamento: "Concordo. Propõe-se o a aprovação do projeto de arquitetura. Aquando da apresentação das respetivas especialidades, deverão ser atualizados, termos e memórias descritivas devido à entrada em vigor do PDM 2026. Tal atualização decorre do previsto no n.º 2 do artigo 145.º do Decreto-Lei n.º 80/2015 (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão



Territorial), e cessando a suspensão dos procedimentos nos termos do n.º 1 do mesmo artigo, o procedimento é decidido de acordo com as novas regras urbanísticas em vigor (Plano Diretor Municipal de Braga – 3.ª Revisão, Aviso n.º 8551/2026/2, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 73/2026, de 15 de abril)."

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



PROCESSO: 29868/2025

REGISTO DE ENTRADA: 2025-E-RE-1721 DE 23/01/2026

REQUERENTE: IMOSSP- IMOBILIÁRIA LDA

LOCAL DA OBRA: RUA VISCONDE DE PINDELA, N.º 5 E 7, UNIÃO DE FREGUESIAS DE BRAGA (MAXIMINOS, SÉ E CIDADADE)

ASSUNTO: LICENCIAMENTO DE OBRAS DE EDIFICAÇÃO – ARQUITETURA

05/06/2026

1. PRETENSÃO E CONTROLO PRÉVIO APLICÁVEL

- 1.1. IMOSSP – IMOBILIÁRIA LDA., através do requerimento registado com o n.º 2026-E-RE-1721, apresenta elementos em resposta ao Despacho n.º 2025-12148, relativos ao pedido de licenciamento de obras de edificação com vista à obra de **alteração e ampliação de edificação existente**, destinada a habitação multifamiliar, sita na Rua Visconde de Pindela, n.º 5 e 7, União de Freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade), que incide sobre o prédio descrito na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Braga sob o n.º 763/20100125, inscrito na matriz de natureza urbana sob o artigo n.º 912.
- 1.2. Nos termos do disposto no n.º 2 do Artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, a presente operação urbanística está sujeita ao controlo prévio de licenciamento de obras de edificação.
- 1.3. Trata-se da proposta de reconstrução e ampliação em profundidade de uma edificação para habitação multifamiliar.

2. ANTECEDENTES:

- 2.1. Relativamente ao local da pretensão é possível os seguintes antecedentes processuais nos serviços deste município:
 - Processo n.º GU/2016/882 – pedido de licenciamento de alteração e ampliação desfavorável
 - Processo n.º 1/2017/13861 – pedido de licenciamento de alteração desfavorável
 - Processo n.º 1/2021/1807 – pedido de licenciamento indeferido
 - Processo n.º 593/2024 - arquivado

3. INSTRUÇÃO DO PROCESSO:

- 3.1. O presente pedido encontra-se corretamente instruído de acordo com a informação técnica n.º 2026-6764 emitida pela Divisão de Procedimentos Urbanísticos em 10/03/2024.

4. PARECERES INTERNOS E/OU ENTIDADES EXTERNAS

- 4.1. A proposta foi alvo de nova consulta junto da entidade externa CCDR-N – Unidade de Cultura obtendo parecer **Favorável Condicionado** através de Despacho n.º S-2026/647342 DRCN (C.S. 282254) de 19/02/2026, conforme informação anexa.



- 4.2. A proposta foi alvo de consulta interna da Unidade de Arqueologia, conforme informação n.º 2025-20945 de 19/08/2025, que se anexa.

5. ANÁLISE DA PRETENSÃO SEGUNDO O PDM EM VIGOR:

5.1. Enquadramento com a carta de condicionantes e com a carta do ordenamento do território constantes no Plano Diretor Municipal:

- 5.1.1. A operação urbanística propõe uma obra de edificação em área classificada, na Planta de Classificação e Qualificação do Solo do Plano Diretor Municipal (PDM), como – **EC1 – Espaço central** segundo o artigo 59º do RPDM 3ª REVISÃO – Aviso n.º 8551_2026_2, 2ª Série do Diário da República de 15 de abril.
- 5.1.2. A intervenção encontra-se em Zona de Salvaguarda Geral – Estrutura Ecológica Municipal.
- 5.1.3. Encontra-se em Zona de Salvaguarda Patrimonial – Casa Oitocentista – Património Classificado.
- 5.1.4. Encontra-se em Zona Geral de Proteção – Património Arqueológico – Ruínas Romanas das Carvalheiras.

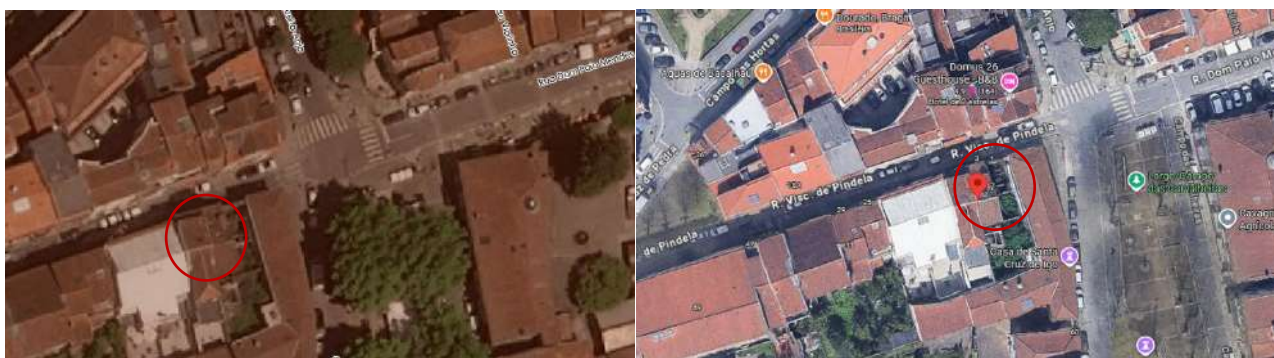


Figura 1 - Extrato Planta de Classificação e Qualificação de Solo e Imagem retirada do Google Maps

5.2. Análise urbanística:

- 5.2.1. A proposta prevê a intervenção num edifício existente em estado de ruína eminente, inserido numa frente urbana consolidada, pretendendo-se a alteração da tipologia unifamiliar para multifamiliar em regime de propriedade horizontal com um total de **8 unidades suscetíveis de utilização independente** destinadas a habitação de tipologia T0 distribuídas por 4 pisos, apresentando-se em conformidade com os usos admitidos no ponto 1 do artigo 58º do CRMB.
- 5.2.2. A proposta considera a intervenção no interior e a ampliação em altura do edifício, estabelecendo empena com o edifício contíguo a poente.
- 5.2.3. Considera a preservação da fachada principal, mantendo inclusive o revestimento a azulejos, salvaguardando o disposto no artigo B-3/13º do CRMB bem como as molduras em granito dos vãos, cornija e varanda central.



- 5.2.4. As caixilharias serão em madeira a pintar e aplica portadas interiores para garantir o obscurecimento dos espaços interiores.
- 5.2.5. Propõe na parede a ampliar e na fachada lateral (empena) o revestimento a chapa ondulada pintada.
- 5.2.6. O alçado posterior será rebocado com pintura a branco.
- 5.2.7. Quanto à cobertura propõe uma solução de cobertura inclinada com revestimento a telha cerâmica executada sob estrutura em madeira.
- 5.2.8. A proposta salvaguarda o disposto no ponto 2 do artigo 59º do RPDM, na medida em que assegura a sua conservação com respeito às características arquitetónicas da preexistência.
- 5.2.9. Relativamente à ampliação, considera-se que a proposta salvaguarda a alínea a) do ponto 1 do artigo 60º do RPDM.
- 5.2.10. Respeita o alinhamento da frente urbana na qual se insere em salvaguarda da alínea b) do ponto 1 do artigo 60º do RPDM.
- 5.2.11. De acordo com a Certidão Permanente e peças desenhadas, a proposta, prevê uma redução da área impermeabilizada da parcela; deste modo, não existindo agravamento da situação existente considera-se admissível.
- 5.2.12. Quanto à dotação de estacionamento público e privado admite-se o enquadramento da pretensão nas alíneas a) e b) do ponto 1 do artigo 80º do RPDM. Ficando sujeito ao pagamento de compensação pecuniária pelos lugares de estacionamento público não criados, nos termos do ponto 4 do citado artigo.
- 5.2.13. Pelo exposto não há nada a opor.

6. OUTROS ASPETOS REGULAMENTARES:

- 6.1. O técnico autor do projeto de arquitetura deverá zelar pelo cumprimento das normas técnicas para a melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada, publicadas em anexo ao Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto.
- 6.2. Ao abrigo do disposto no n.º 8 do Artigo 20º do RJUE, as declarações de responsabilidade dos autores dos projetos de arquitetura, no que respeita aos aspetos interiores das edificações, constituem garantia bastante do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis.
- 6.3. O coordenador de projeto deverá assegurar os deveres enunciados no Artigo 9.º da Lei n.º 31/2009 de 03 de julho na redação conferida pela Lei n.º 40/2015 de 01 de Junho, alterada pela Lei n.º 25/2018 de 14 de Junho, (ou na sua redação atual), com a especial relevância na compatibilização dos projetos da engenharia das especialidades com a imagem exterior proposta no projeto de arquitetura, quer na utilização de processos construtivos, quer na integração de equipamentos.



7. PROPOSTA DE DECISÃO:

7.1. Face ao atrás exposto, o projeto de arquitetura apresentado cumpre, na generalidade, as normas legais e regulamentares aplicáveis relativas ao aspeto exterior, inserção urbana e paisagística, bem como sobre o uso proposto, pelo que, nas condições da presente informação e informação técnica da Unidade de Arqueologia e parecer externo da CCDR-N, não se vê inconveniente quanto à sua aprovação.

7.2. Que se notifique o requerente para apresentar os projetos de especialidades de acordo com o n.º 18 do Capítulo III do Anexo I da Portaria n.º 71-A/2024 de 27 de fevereiro no prazo de seis (6) meses a contar da data da presente notificação, sob pena de suspensão do processo de licenciamento e posterior declaração de caducidade, conforme o disposto no n.º 4 e n.º 6 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

7.3. Conforme previsto no n.º 2 do artigo 145.º do Decreto-Lei n.º 80/2015 (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial), e cessando a suspensão dos procedimentos nos termos do n.º 1 do mesmo artigo, o procedimento é decidido de acordo com as novas regras urbanísticas em vigor (Plano Diretor Municipal de Braga – 3.ª Revisão, Aviso n.º 8551/2026/2, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 73/2026, de 15 de abril).

7.4. Assim, deverá o requerente, em sede de apresentação de projetos de engenharias de especialidades, proceder à atualização dos termos de responsabilidade à luz do Plano Diretor Municipal em vigor.



PROCESSO: 29868/2025

REGISTO DE ENTRADA: 2025-E-RE-15891 / 20/07/2025 21:11

REQUERENTE: IMOSSP - IMOBILIÁRIA LDA

LOCAL DA OBRA: Rua Visconde Pindela, N.ºs 5 e 7, U.F. Sé, Cidade e Maximinos

ASSUNTO: Licenciamento de obras de edificação - Arquitetura - #G0190#

1. A presente informação, relacionada com o registo de entrada em referência, é estritamente elaborada no contexto da apreciação técnica para a salvaguarda do património arqueológico do concelho de Braga

2. A solicitação em referência, possui por objetivo o licenciamento de obras de demolições e reconstrução de um imóvel, situado dentro da zona especial de protecção arquitectónica e arqueológica, do IIP "Insulae das Carvalheiras", pelo que, o seu subsolo seja, no contexto da avaliação para a salvaguarda do património arqueológico concelhio, considerado muito sensível.

3. Programando o projecto de arquitectura em licenciamento, alterações do subsolo existente, propõe-se que, todas as obras, com impacto no mesmo, sejam antecedidas de sondagens arqueológicas, trabalhos estes, devidamente autorizados, para o efeito, pelo Património Cultural, I.P. .

4. Mais se propõe que:

a) O promotor da obra, ou as entidades responsáveis pela intervenção arqueológica, comunique, obrigatoriamente, aos Serviços de Arqueologia deste Município, com a antecedência mínima de 10 dias, a data do início dos trabalhos, bem como a duração previsível dos mesmos (Artigo B-3/9.º, n.º 5, do Código Regulamentar do Município de Braga).

b) O promotor da obra entregue, ao Município, cópia do Relatório, devidamente validado pela tutela, dos Trabalhos desenvolvidos no âmbito da condicionante arqueológica.

5. À luz do disposto nos n.ºs 3 e 4, do art.º 79.º do Dec. Lei 107, de Setembro de 2001, os promotores das obras ficam obrigados a suportar os custos das operações de arqueologia preventiva e de salvamento tornadas necessárias pela realização dos seus projetos.

6. Caso surjam durante os trabalhos em referência, vestígios arqueológicos achados de interesse científico e/ou patrimonial, dever-se-á aplicar a metodologia achada mais adequada ao seu correto estudo e conservação. A este respeito refira-se que, conforme o preceituado no n.º 1 e n.º 2 do art.º 79.º da Lei anteriormente referida, os serviços da administração culturais condicionarão a prossecução de quaisquer obras à adoção pelos respetivos promotores, das alterações ao projeto aprovado capazes de garantir a conservação, total ou parcial, das estruturas arqueológicas descobertas no decurso dos trabalhos.

N.I. A presente informação sustenta-se legalmente nas disposições conjugadas da Lei n.º 107 de 8 de Setembro de 2001, no Dec. Lei n.º 164/2014 de 4 de Novembro, no Dec. Lei n.º 114/2012 de 25 de Maio, no Dec. Lei n.º 115/2012 de Maio e do Código Regulamentar do Município de Braga (art.º B-3/9º, n.º 2.).

DOCUMENTO ASSINADO ELECTRONICAMENTE



Assunto : Rua Visconde de Pindela, n.º 5 e 7, U. de F. de Braga (Maximinos, Sé e Cidade), B

Requerente : IMOSSP - Imobiliária, Lda.

Local : Rua Visconde de Pindela, n.º 5 e 7, U. de F. de Braga (Maximinos, Sé e Cidade), Braç

Servidão
Administrativa :

Inf. n.º: S-2026/647342 (C.S:1766707)

Cód. Manual

N.º Proc.: DRCN-DSBC/2016/03-03/1519/POP/136892
(C.S:282254)

Data Ent. Proc.: 19/02/2026

Diretor da Unidade de Cultura, Paulo Sérgio Moura a 16/03/2026

Parecer favorável condicionado à realização de sondagens arqueológicas prévias nos termos do exposto na informação.

DSBC: 2016-1519

CS: 1766255

Servidão administrativa: ZP, Casa Oitocentista, IIP; ZP, Cruzeiros dos Campos das Hortas e d Sant'Ana, MN; ZP, Ruínas Romanas das Carvalheiras, IIP

Enquadramento Legal: O presente parecer fundamenta-se nas disposições normativa conjugadas dos artigos 43º, 45º 51º, 52º, 60º, 75º, 76º, 77º, 78º e 79º da Lei n.º 107/2001 de 8 d Setembro, dos artigos 14º e 51º do Decreto-Lei n.º 309/2009 de 23 de Outubro, do artigo 4º, do r 8 do artigo 6º, do nº 2 do artigo 6º-A, do nº 6 do artigo 7º, do artigo 13º e seguintes do Decreto-lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na versão mais recente, do artigo 2º dos Estatutos do Patrimóni Cultural I.P., aprovado pela Portaria 388/2023 de 23 de novembro e do artigo 9º dos Estatutos d Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte I.P., aprovado pela Portari 407/2023 de 5 de dezembro.

1.Enquadramento / antecedentes: Pretende-se a reconstrução de um edifício para habitação múltipla, na Rua Visconde de Pindela, nº 5 a 7, em Braga. A apresenta aditamento para solução d questões pendentes em sequência do parecer de arquitectura deste Serviço. O parecer d arqueologia permanece sem alteração.

2.Caracterização da Proposta: Não se aplica.

3.Apreciação da proposta: "A pretensão requer intervenções a nível do solo, para nova estruturas portantes, e infraestruturas. Anteriormente considerou-se um condicionamento sondagens arqueológicas prévias, a manter. A pretensão recai sobre uma área de grand sensibilidade arqueológica, pelo que se entende que terá de ser alvo de avaliação arqueológic prévia com recurso a sondagens arqueológicas.



Essas sondagens deverão verificar a existência de vestígios arqueológicos e garantir o seu estudo e preservação, para o que poderão ser necessários outros trabalhos arqueológicos recorrendo a outras metodologias.

O licenciamento do projecto de arquitectura deverá ficar condicionado ao resultado dos trabalhos arqueológicos.

Para cumprimento do exposto no parágrafo anterior deverá ser remetido à tutela (via Portal do Arqueólogo) um pedido de autorização para trabalhos arqueológicos e respectivo plano de trabalhos, da responsabilidade de um arqueólogo, para análise e autorização.

A execução dos trabalhos arqueológicos deverá seguir os preceitos metodológicos utilizados nas intervenções arqueológicas executadas na cidade de Braga, tendo por referência os trabalhos efectuados pelo Gabinete de Arqueologia da C. M. de Braga e a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, nomeadamente no âmbito do "Projecto Brácar Augusta".

Previamente ao início dos trabalhos arqueológicos terá de ser agendada pelo arqueólogo responsável, com o Gabinete de Arqueologia da C. M. de Braga uma reunião onde será avaliada a melhor localização, no terreno, das sondagens previstas em PATA.

Consecutivamente, terá de haver, por parte do arqueólogo responsável, uma estreita coordenação entre os trabalhos arqueológicos e o Gabinete de Arqueologia da C. M. de Braga durante todo o tempo em que estes sejam executados. No final dos mesmos com a aprovação do respectivo relatório final, ou outros documentos congéneres preliminares, deverão ser remetidas cópias desses documentos, uma vez validados pela tutela, ao Gabinete de Arqueologia Municipal.

4.Proposta de Decisão: Propomos um parecer condicionado, nos termos da presente informação.

À Consideração Superior,
O Técnico Superior

CCDRN, 24/2/2026

PARECER DE ARQUITETURA

Servidão administrativa:

Z.P. (Zona de Protecção – 50m) dos Cruzeiros (2) dos Campos das Hortas e de Sant' Ana, M.N. (Monumento Nacional); Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910.

Z.P. (Zona de Protecção – 50m) das Ruínas romanas das Carvalheiras, I.L.P. (Imóvel de Interesse Público); Decreto n.º 29/90, DR, I Série, n.º 163, de 17-07-1990.

Z.P. (Zona de Protecção – 50m) da Casa Oitocentista, I.L.P. (Imóvel de Interesse Público); Decreto n.º 47 984, DG, I Série, n.º 233, de 6-10-1967.

Enquadramento Legal:

O presente parecer fundamenta-se nas disposições normativas conjugadas dos artigos 43º, 45º, 51º, 52º, 60º, 75º, 76º, 77º, 78º e 79º da Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro, dos artigos 14º e 51º d



Decreto-Lei n.º 309/2009 de 23 de Outubro, do artigo 4º, do n.º 8 do artigo 6º, do n.º 2 do artigo 6º A, do n.º 6 do artigo 7º, do artigo 13º e seguintes do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na versão mais recente, do artigo 2º dos Estatutos do Património Cultural I.P., aprovado pela Portaria 388/2023 de 23 de novembro e do artigo 9º dos Estatutos da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte I.P., aprovado pela Portaria 407/2023 de 5 de dezembro.

1. Enquadramento / antecedentes:

Respeita o processo em apreciação a intervenção em imóvel sito na Rua de Visconde d Pindela, n.º 5/7, Braga.

Antecedentes:

Mereceu emissão de parecer favorável por Despacho de 02.03.2018 (BRG2018/00020) e não favorável Por Despacho de 12.08.2021, nos seguintes termos:

“Trata-se de uma construção inserida em frente urbana consolidada e vulgarmente designada com o imóvel de acompanhamento. Afigura-se-nos que a construção ocupa a totalidade do lote. O projeto prevê a remodelação interior e a ampliação em profundidade ao nível dos pisos superiores da construção agravando a sua relação com o imóvel contíguo a nascente e futuramente com o contíguo a poente que se encontra em ruínas.

Assim, o projeto não reúne condições para merecer aprovação devendo ser reformulado tendo em atenção os seguintes aspetos:

-Desagravamento da ocupação do logradouro;

-A ampliação dos pisos superiores deverá ter em atenção os alinhamentos dos imóveis confinantes os quais deverão ser devidamente representados ao nível de todas as plantas;

-Não é aceitável a criação de uma piscina ao nível da cobertura;

-Devem ser apresentados desenhos de pormenor de caixilharias e respetivo mapa de vãos escala mínima de 1:10”.

O anterior processo mereceu emissão de parecer não favorável por Despacho de 05.02.2026.

2. Avaliação Patrimonial:

O prédio não tem visibilidade direta para a servidão, contudo apresenta valor a preservar.

Apresenta-se em mau estado de conservação. Não são visíveis caixilharias e o interior encontra-se demolido.

3. Proposta:

Pretende a reconstrução e ampliação da edificação composta por duas frentes, implantada em parcela de terreno estreita e comprida. Não ocupa totalmente a área da parcela de terreno libertando uma pequena porção de terreno a tardoz para jardim. No total a proposta indica uma habitação multifamiliar composta por rés-do-chão + 3 pisos e aproveitamento do vão da cobertura.

Mantém a preservação do alçado principal revestido a azulejos, assim como as molduras forras de granito nos vãos, cornija e varanda. Indica a utilização de caixilharias de madeira para pintar. O sistema de obscurecimento será por meio de portadas inetrírores. A parede a ampliar e a fachada lateral da empena será revestir a chapa ondulada pintada. O alçado posterior será para rebocar e pintar (cor branco) e as guardas metálicas serão para pintar a branco.

O sistema estrutural será misto, sem sobrecarga nas paredes existentes.



Representa as chaminés e o sistema de drenagem de águas pluviais (caleiras).

O local dos contadores das infraestruturas será realizado de modo dissimulado.

4. Apreciação da proposta:

Analizada a proposta de aperfeiçoamento, verifica-se que na generalidade é dada resposta à questões enunciadas, pelo que nestes termos satisfaz.

5. Conclusões:

Propõe-se a emissão de parecer favorável.

BRG2026/03280

20 de fevereiro de 2026

À Consideração Superior.

O Técnico Superior

